





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



INFORMALIDADE EMPRESARIAL E PADRÃO DE VIDA: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DE CIDADES DA AMAZÔNIA PARAENSE

**BUSINESS INFORMALITY AND STANDARD OF LIVING:
AN ANALYSIS IN THE CONTEXT OF CITIES
IN THE AMAZON OF PARÁ**

Luís Flávio Maia Lima  

Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a emergência de uma categoria de trabalhadores informais com características próprias, que denominamos “informal empresarial”, cuja configuração se faz necessária, para aprofundar a discussão em torno de suas especificidades. Através de pesquisa bibliográfica observamos que alguns autores tangenciam o debate sobre a questão, sem se deterem em um processo categorização. Com o objetivo de preencher tal lacuna realizamos pesquisa quali-quantitativa de levantamento, em cidades da Região Metropolitana de Belém (RMB), e parametrizamos a categoria. Identificamos a inserção do informal empresarial na sociedade e na economia, através dos empreendimentos não capitalistas localizados. Apontamos circuitos próprios de comercialização, bem como semiautônomos, em interação com o capital assentando no movimento de circulação de mercadorias e captura de excedentes, através da conexão entre circuitos. Evidenciamos, ainda a mobilização de aspectos relativos ao padrão de vida em sua dimensão socioeconômica.

Palavras-chave: informalidade; informalidade empresarial; padrão de vida; Amazônia e informalidade.

ABSTRACT

This article's object of study is the emergence of a category of informal workers with specific aspects, which is called “informal business”, whose configuration is necessary to deepen the discussion around its specificities. Through bibliographical research, we observed that some authors touch on the debate on the issue, without focusing on a categorization process. With the aim of filling this gap, we carried out qualitative and quantitative survey research in cities in the Metropolitan Region of Belém (RMB), and parameterized the category. We identify the insertion of informal business into society and the economy, through localized non-capitalist enterprises. We point out our own commercialization circuits, as well as semi-autonomous ones, in interaction with capital based on the circulation of goods and capture of surpluses, through the connection between circuits. We also highlight the mobilization of aspects related to the standard of living in its socioeconomic dimension.

Keywords: informality; business informality; standard of living; Amazon and informality.

1 INTRODUÇÃO

Uma visada histórica sobre a informalidade no Brasil a releva como uma herança do período imperial e aponta ainda, como nas primeiras cinco décadas pós-república, o gradativo desenvolvimento das forças produtivas no país, consolida a forma e a estrutura social informal na sociedade (Silva, 1971). Já sob a égide do capitalismo de base industrial, ao superar a fase primária exportadora, desde esse momento o sistema alarga diversas categorias no seu interior e a informalidade materializa a combinação de diversos atores sociais e fatores econômicos.

Em sintonia com essa perspectiva, entendemos a informalidade no campo produtivo brasileiro, como um fenômeno que possui a capacidade de transpor períodos (Barbosa, 2003) de distintas formas de produção no país. E com a lenta emergência do capitalismo como sistema econômico hegemônico no país – dependente e subalterno aos países centrais – a informalidade passou a participar da lógica capitalista periférica (Oliveira, 2003), espelhando distintos níveis de desigualdade e de exclusão no interior da sociedade, bem como um processo de marginalização em relação à categoria de trabalho formal.

Com as transformações orgânicas no capitalismo central, decorrentes da crise do estado de bem-estar, no final dos anos de 1960 e meados da década de 70, ocorre a revolução da microeletrônica, a ampliação da financeirização, da globalização e a emergência das cadeias produtivas – com o maior deslocamento das empresas transnacionais para a periferia. Como consequências vieram a privatização, a precarização do emprego, a perda dos direitos trabalhistas e o Estado mínimo que, entre outras coisas, determinaram a reorganização das relações de produção, com impactos no mercado de trabalho, inclusive sobre a informalidade.

No desenho traçado nesse contexto, o Brasil, periférico e dependente não fica imune à ordem econômica do capital. Gradativamente, são gestadas mudanças institucionais e legais, com objetivo de adequar condições favoráveis às novas premissas do grande capital, o que justifica o aumento, aparente e estrutural, da desigualdade na sociedade brasileira, evidentemente refletida inclusive nos informais.

No final do século XX, a estrutura social da informalidade consolidada no Brasil passa por novas transformações de base, que Antunes (2013) classifica de “nova morfologia do trabalho”, agregando novos atores e

categorias, ao incorporar ao seu *corpus* novas configurações, como os “infoproletários” (Antunes; Braga, 2009) e os precarizados.

Esse processo ocorre em todas as regiões brasileiras e na Região Metropolitana de Belém (RMB)¹, considerada metrópole da Amazônia oriental, a informalidade empresarial foi objeto da pesquisa de levantamento de dados quantitativos e qualitativos, intitulada “Importância do Pequeno Empreendimento na Economia”, realizada nos municípios de Belém, Marituba, Ananindeua e Benevides, conforme detalharemos a diante, ao reportarmos os procedimentos metodológicos.

A partir da análise dos dados, à luz das concepções teóricas, buscamos caracterizar e parametrizar essa categoria específica dentro do todo complexo da informalidade, a fim de incluir a lógica e o papel do informal empresarial no radar da sociedade e nos debates acadêmicos sobre a socioeconomia brasileira.

Assim, o presente artigo analisa o padrão de vida do informal empresarial, por meio do critério de “classe de consumo”, conforme critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), objetivando avaliar se há convergência entre os parâmetros do mercado e a dinâmica social e produtiva, sob o ponto de vista do informal empresarial. Desse modo o texto procura cotejar a estrutura de classes e o padrão de vida do informal empresarial.

Além desta primeira seção introdutória, organizamos o trabalho em outras seis partes: a segunda seção aborda a questão dos circuitos, segundo a concepção teórica de Milton Santos (2003) e a circularidade, a partir da visão de Marx (2014). A terceira parte focaliza a categorização e parametrização do informal empresarial. Já a quarta seção trata da concepção metodológica e a quinta, analisa os resultados da pesquisa dirigida a este ator informal. Na sexta e última parte apresentamos as considerações finais acerca do objeto de pesquisa.

¹ Em 2018, a Região Metropolitana de Belém (RMB) era constituída por sete municípios, a saber: Belém (1973), Ananindeua (1973), Benevides (1995), Marituba (1995), Santa Barbara do Pará (1995), Santa Izabel do Pará (2009) e Castanhal (2011). Conjuntamente, essas cidades exercem um importante papel produtivo e social no Estado, expresso, por exemplo, no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com uma taxa de 29,34%. A população residente concentra 27,06% do total do Estado. Em que pese a participação na economia, observamos que a taxa de desocupação da população de 14 anos ou mais, no último trimestre de 2018 era elevada, com um indicador de 12,4%, o que sinaliza dificuldades de acesso e oportunidades na geração de postos de emprego, e justifica, entre outros fatores, a presença da informalidade na área em questão. Os dados referidos encontram-se disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021, 2023).

2 O ESPAÇO PRODUTIVO INFORMAL: CIRCUITO E CIRCULARIDADE

No campo conceitual a informalidade é objeto de inúmeras interpretações quanto à forma e estrutura de sua inserção no mercado. A opção que embasou este estudo decorreu, principalmente, de duas abordagens teóricas: a de circuito superior e inferior, desenvolvida por Santos (2003) e de circularidade do capital-mercadoria de Marx (2014), a qual considera que a redução do tempo de circulação contribui e acelera a valorização do capital.

A visão de Santos (2003) sobre cidades, urbanização e processo econômico e social contempla a simbiose de diversos atores, tanto no espaço, como no território. Essa compreensão também discute o papel do capital e o modo como ele se apresenta nas relações produtivas com algumas categorias, tais como: os pequenos estabelecimentos e a informalidade, na qual, segundo a concepção do autor, coexistem dois circuitos distintos, com características próprias e conexões de produtos, de serviços e de recursos financeiros entre si.

O primeiro circuito é denominado como “superior” ou moderno da economia, onde se encontra o grande capital, intensivo – tanto em recursos financeiros como em tecnologia –, com atuação nacional e mundial, através de cadeias produtivas, com destaque para os oligopólios.

Já o “circuito inferior” é composto pelos pequenos empreendimentos e organizações não capitalistas (Souza, 1980), com baixa produtividade, organização e intensivos em mão de obra – normalmente familiar –, além de reduzida tecnologia. Nessa dimensão, o espaço de atuação é de âmbito local, no bairro e nas franjas de mercado, onde o interesse do grande capital é menor, em razão do custo de transação. Isso explica, em parte, a existência das diversas categoriais de atores sociais, que orbitam em torno deste circuito.

Portanto, é no circuito inferior que está a informalidade e, no seu interior, o informal empresarial, que desenvolve suas atividades como uma categoria detentora de características próprias, em interação com outros atores sociais, bem como com o grande capital, que disponibiliza ferramentas, serviços e mercadorias, permitindo auferir a renda e, conseqüentemente, a manutenção das suas atividades.

Nessa interface, a mercadoria (produtos e serviços) é o elo de coexistência dos dois circuitos (Malaguti, 2000): a informalidade contribui com processo de circulação, ao ofertar – dentro do seu limite de atuação – os bens, contribuindo para acelerar o tempo de rotação (Marx, 2014) e, conseqüentemente, a valorização.

Para Marx (2014), um dos campos da circulação cabe ao capital-mercadoria, que é uma das formas funcionais do capital. Mas, nessa fase não ocorre a metamorfose em produção (P), havendo interrupção do ciclo, pois se dá a troca de equivalentes, ou seja, mercadoria por dinheiro.

Assim, a comercialização dos produtos e serviços do grande capital pela informalidade na esfera da circulação, contribui com a redução do tempo de rotação (Marx, 2014), portanto, a variável “tempo” é, neste caso, abreviada ao grande capital pela informalidade, posto que, este fator presente na comercialização tem a capacidade de promover ganhos ou perdas na liquidez imediata. Quanto maior o tempo na comercialização das mercadorias – capital-mercadoria parado – maior é a tendência de comprometer a reprodução do capital e, conseqüentemente, sua realização e valorização.

Esse movimento entre o capital e o informal permite, na comercialização do primeiro para o segundo, a gestação do valor do dinheiro, contribuindo com o processo de valorização do capital via capital-mercadoria. Assim, há um fluxo produto/dinheiro decorrente da troca. Tal fluxo é alimentado e retroalimentado de acordo com o momento e os interesses de cada ente.

O que sobressai é o papel exercido pela informalidade como um centro de reprodução e valorização – obviamente dentro do seu limite operacional e capacidade de volume –, ao contribuir para a continuidade do ciclo do capital e ao incorporar seu público como uma demanda adicional, através da comercialização dos bens e serviços.

Portanto, a função da informalidade no contexto da circulação é a redução do tempo de rotação, através do seu papel auxiliar no consumo capitalista. Assim, viabiliza por meio da comercialização, a apreensão de renda, que se transforma em capital monetário, o que dará continuidade ao processo de produção, de mais valor e acumulação.

Segundo esse entendimento percebemos que a informalidade, ao invés de ser um problema, exerce um importante papel para o capital, através do seu canal de comercialização, favorecendo a reprodução e a valorização dele. E nesse movimento identificamos o informal empresarial, objeto da pesquisa.

3 PARAMETRIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO O INFORMAL EMPRESARIAL

O ambiente informal e seus atores caracterizam-se pela diversidade de categorias e formas de apresentação na sociedade, que transbordam em

um grau elevado de heterogeneidade (Salama; Valier, 1997) dificultando, em razão desse contexto, a construção de concepções teóricas e análises.

Além da raiz histórica (Barbosa, 2003; Lima, 2019), as mudanças na forma e na estrutura orgânica do capital ao longo do tempo são pontos que afetam a estrutura da informalidade, tanto no passado, como em tempos atuais. Por exemplo, o avanço da microeletrônica, das cadeias de produção, da globalização produtiva, da tecnologia da informação, do neoliberalismo, da desregulamentação e da precarização são alguns dos aspectos que afetam o mundo do trabalho e, por conseguinte, os atores informais, suas categorizações e conceituações.

Entendemos, de forma ampla, que a informalidade abarca um conjunto de atores sociais, os quais compõem a força de trabalho e exercem suas atividades, por opção ou contingências, na fronteira entre o campo de atuação do grande capital e da economia regulada e não regulada ou de categorias, que mesmo mantendo uma relação contratual de trabalho, exercem suas funções com acesso limitado ou negado aos direitos trabalhistas e sociais (Tavares, 2004; Krein; Proni, 2010).

É neste contexto que está inserido o informal empresarial, que já foi objeto de atenção de outros pesquisadores, porém sem aprofundamento na sua categorização e especificação (Santos, 2003; Abramo, 2003; Souza, 1980; Ulyssea; Szman; Cabral, 2016). Assim, ao refletirmos sobre essa lacuna, estruturamos um *survey*, com entrevistas qualitativas dirigidas a atores sociais informais e a gestores de políticas públicas de microcrédito. Esse movimento inicial confirmou não somente as observações empíricas de uma pesquisa exploratória, como ratificou uma característica que distingue os informais empresariais: a atuação deles em um espaço (estabelecimento) fixo, com um custo a maior, em relação aos demais informais, como os ambulantes e/ou camelôs.

Como resultado do *survey* foi possível construir parâmetros específicos sobre o informal empresarial e a sua categorização. Assim, entre as características do informal empresarial destacamos, além do espaço fixo, voltado ao desenvolvimento da atividade, que tal atividade é implementada no âmbito de micro ou pequenas unidades de negócios, sem registro e não capitalista. Observamos ainda, que o capital empregado na estruturação e operação é originário de esforço próprio e/ou familiar ou obtido junto a amigos.

Outra constatação aponta para o fato de que, em razão do risco do capital e do custo operacional do estabelecimento informal, a atividade do informal empresarial exige uma capacidade de gestão muito próxima a de

um estabelecimento empresarial regularmente constituído, o que determina a adoção de técnicas administrativa mínimas para assegurar a continuidade do empreendimento.

Nesse sentido o informal empresarial é proprietário do meio de produção e os recursos auferidos com a atividade, tornam-se rendimento da família, pois, na maioria dos casos observados, os integrantes do núcleo familiar contribuem para a operação do estabelecimento, exercendo uma ou várias funções.

O Quadro 1, abaixo, sintetiza a categorização e parametrização do informal empresarial, espelhando a atividade, que, em razão do custo, do aporte maior de capital, da necessidade de tempo e de gestão do estabelecimento, se diferencia em relação as demais categorias informais.

Quadro 1 – Configuração da Informalidade Empresarial

Estrutura	Forma
Organização não capitalista	Busca independência e renda para reprodução;
Proprietário do meio de produção	O capital e os meios pertencem ao proprietário que também é gestor e produtor/trabalhador;
Espaço fixo/estabelecimento	Desenvolve suas atividades em espaços próprios ou estabelecimentos fixos.
Não formalizado	Não são registrados ou não detém CNPJ;
Não é ambulante/camelô	Não desenvolve suas atividades nas ruas e/ou logradouros, e sim em estabelecimentos fixos, com infraestrutura básica do negócio igualmente fixada.
Capital próprio	O capital para a atividade advém, normalmente, de esforço próprio e/ou familiar, com exceções.

Elaboração do autor, com base nas concepções teóricas de Santos (2004) e Souza (1980) e nos dados da pesquisa.

Portanto, a partir categorização e parametrização foi possível evoluir na construção dos parâmetros da metodologia e da pesquisa “Importância do Pequeno Empreendimento na Economia”, com objetivo de apreender e caracterizar o ator social que denominamos de informal empresarial.

4 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E PROCESSO METODOLÓGICO

Uma das questões que tensiona o estudo da informalidade é a sua mensuração e dimensão. As dificuldades são decorrentes de uma soma

de fatores, tais como: a ausência de registros administrativos, a visão marginal que recai sobre ela, o fato de estar à margem do fluxo regular da economia, a diversidade dos atores sociais e a lógica de seu funcionamento produtivo e social.

Em conjunto, esses aspectos impactam e impõem limites às análises sobre a informalidade e seus atores sociais, inclusive de novas categorias, como é o caso da informalidade empresarial, com suas especificidades.

A fim de superar a dificuldade observada, adotamos o crédito como alternativa para balizar a pesquisa, precisamente, a microfinanças direcionada tanto para pequenos empreendedores regularizados, como para informais. A partir dos registros administrativos de instituições que executam microfinanças no Pará e do tratamento dos dados, foi possível evoluir a pesquisa Importância do Pequeno Empreendimento na Economia permitindo construir uma visão sobre a informalidade empresarial e seus atores sociais.

As informações da microfinanças e o crédito direcionado especificamente à informalidade foram obtidas a partir de dados de duas instituições, que atuam no estado do Pará e na sua capital, a cidade de Belém: o Programa de Microcrédito do Estado do Pará (Credcidadão), sob gestão do Governo do Estado, e o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (Ver-o-Sol), sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belém, para o ano de 2017, o que gerou, aproximadamente, um total de 140 informantes para a pesquisa de campo.

Em razão das limitações orçamentárias, da abrangência territorial e da complexidade dos atores informais, adotamos como premissa metodológica, a “técnica da amostra finita” (Luchesa, 2011), que alia confiabilidade e qualidade dos dados, considerando as dificuldades já elencadas, conforme parâmetros descritos anteriormente no Quadro 1 e fórmula, a seguir:

$$N = \frac{Z^2 \times P \times Q \times N}{e^2 \times (N - 1) + Z^2 \times P \times Q}$$

Já para a definição do espaço amostral consideramos o número de operações do Credcidadão realizadas em 2017, que alcançaram cerca de 3.424 operações individuais, o que permitiu calcular amostra da pesquisa em quarenta e nove (49) entrevistados, conforme Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Parâmetros para obtenção da amostra da pesquisa

Parâmetros	Objetivo	Indicador
Z	Nível de Confiança	90
P	Quantidade de acerto esperado (%)	90
Q	Quantidade de erro esperado (%)	10
N	População total – 2017	3.424
E	Nível de precisão (%)	7
N - Amostra		49

Elaboração do autor, a partir de dados do Credcidadão (Pará, 2017).

O passo seguinte, após a definição da amostra, foi a seleção de 22 atividades produtivas informais, que poderiam abrigar, enquanto ator social, o informal empresarial a partir dos cadastros do Credcidadão e do Ver-o-Sol, expressa no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 – Atividades atendidas pelo Fundo Ver-o-Sol e Programa Credcidadão – 2017

Atividade	Selecionada
Revenda de Confeção	Selecionada
Mercearia	Selecionada
Gêneros Alimentícios	Selecionada
Produção e Costura de Confeções	Selecionada
Lanchonete	Selecionada
Armarinho	Selecionada
Material de Construção	Selecionada
Produção de bombons regionais	Selecionada
Produção de Sorvetes	Selecionada
Batedor de Açáí	Selecionada
Oficina mecânica	Selecionada
Descartáveis	Selecionada
Açougue	Selecionada
Manutenção de Computadores	Selecionada
Depósito de Água Mineral/Bebidas/	Selecionada
Oficina de bicicletas	Selecionada
Salão de beleza	Selecionada
Serviço reprográfico	Selecionada
Lan House	Selecionada
Artesanato	Selecionada
Assistência de celular	Selecionada
Fabricante de embutido	Selecionada
Restaurante	Selecionada

Fonte: Fundo Ver-o-Sol (Belém, 2017) e Credcidadão (Pará, 2017).

A etapa seguinte foi a formação da lista de informantes, para a qual o Fundo Ver-o-Sol e o Programa Credcidadão cederam, respectivamente, de seus cadastros, 20 e 120 beneficiários atendidos em 2018, perfazendo um total de cento e quarenta (140) informantes.

Concluída a delimitação da pesquisa desenvolvemos esforços para elaboração do formulário, com o objetivo, entre outros, de captar a estrutura do padrão de vida do informal empresarial, através da classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2018), que formulou o Critério Brasil de classificação econômica, via estratificação socioeconômica, pelo viés do consumo.

A estratificação adotada pelo Critério Brasil é de 2018 – o ano base da pesquisa executada –, e permitiu a construção de níveis de distribuição de classes, bem como a adoção dos parâmetros, que ensejaram a classificação do informal empresarial através do padrão de vida, permitindo comparação entre ele e as classes de consumo, no contexto da segmentação do mercado, através das ponderações do critério.

O Critério Brasil é construído por três eixos. O primeiro corresponde aos itens de bens duráveis, composto por 12 produtos, tais como: geladeira, celular, automóveis, motocicletas, computadores etc. O segundo eixo é voltado para a estrutura do domicílio no que se refere ao serviço de água encanada ou não, banheiro e a forma de acesso à residência. O terceiro eixo é o grau de instrução do entrevistado.

Assim, para cada item dos eixos registrado na residência do pesquisado e sobre o entrevistado (grau de instrução) e a sua quantidade, foi dada uma pontuação que, agregada, permitiu situá-lo em uma sua classificação de classe e de renda estimada, permitindo uma radiografia de inserção e, no nosso caso, de comparação e de nível de desigualdade, conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Critério Brasil - Distribuição de Classes e Renda Estimada - 2018

Classe	Pontos	Renda
A	45 - 100	23.345,11
B 1	38 - 44	10.386,52
B 2	29 - 37	5.363,19
C 1	23 - 28	2.965,69
C2	17 - 22	1.691,44
D – E	. 1 - 16	708,19

Fonte: ABEP (2018).

A pesquisa “Importância do Pequeno Empreendimento na Economia” foi executada com o emprego de 140 formulários. Desse total de respondentes, 107 foram identificados como informais empresariais; 25, como formais, que foram excluídos da pesquisa; e oito, não participaram por motivo de recusa. O levantamento foi realizado entre os meses de outubro de 2018 e janeiro de 2019, nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, situados na Região Metropolitana de Belém (RMB), no estado do Pará, na Amazônia brasileira, conforme detalhamos anteriormente. Após a checagem e tratamento dos dados, e lançamos as informações, as quais geraram diversos resultados agregados, parte dos quais evocamos neste artigo.

5 DESVELANDO O PADRÃO DE VIDA DO INFORMAL EMPRESARIAL

A partir do indicador de mercado estabelecemos parâmetros de comparabilidade do enquadramento situacional do mercado com o quadro socioeconômico do informal, para analisar o padrão de vida do informal empresarial, sob a perspectiva do critério de classe econômica e, portanto, do mercado, em consonância com o critério da Abed.

Inicialmente o indicador da Abed sinalizou que a posse de bens duráveis pelo informal empresarial não é uniforme, revelando diferentes níveis de acesso, distintos graus de renda e de desigualdade.

O Tabela 2, abaixo, reflete a desigualdade da sociedade brasileira nos municípios amazônicos pesquisados, face os desníveis sociais e de renda, posto que, aproximadamente 80% dos informais empresariais estão concentrados entre as classes C1 e D-E, que se caracterizam como menores níveis de rendimento. Essa taxa expressa a renda limitada, com impactos no acesso e consumo dos bens e de serviços – merecendo destaque a classe D-E, cujo percentual de participação é de quase 20% – ratificando a desigualdade presente na informalidade.

Tabela 2 – Participação dos informais empresariais por classificação econômica – 2018/2019

Classe/ Classificação	Pontos por Classe	Participação % no Critério		
		Total	Masculino	Feminino
A	45 - 100	-	-	-
B 1	38 - 44	2,80	33,33	66,67
B 2	29 - 37	17,75	31,03	68,97
C 1	23 - 28	27,10	58,62	41,38
C2	17 - 22	32,71	42,86	57,14
D – E	. 1 - 16	19,62	33,33	66,67

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

De outro modo, a ausência de participação no nível de classificação econômica A e percentual de apenas 2,80% no estrato B1, confirma não somente a desigualdade – com a mínima possibilidade de ascensão social – como também que o exercício da atividade informal é dirigido para o sustento e a reprodução do informal empresarial e de sua família. Ou seja, não há sobra de excedente – que é capturado pelo capital, sob forma de consumo – nem condições de acumulação de riqueza (Tabela 2).

Na análise por gênero observamos o protagonismo feminino em todas as classes econômicas, com elevadas taxas – variando entre 57% e 69% –, excetuando-se apenas C1, na qual a participação não chega a ser pouco importante, embora não seja preponderante (Tabela 2). A necessidade de complementar renda familiar, a falta de oportunidade, a entrada mais cedo no mundo de trabalho, um maior ativismo econômico e as facilidades do mundo digital são, entre outros aspectos, justificativas para esses números. Isso sem esquecer a sobrecarga de trabalho de cuidar dos domicílios em uma dupla ou tripla jornada.

Com relação a renda (ver Tabela 3), notamos a aderência nas classes C2 e D-E entre o critério ABEP e a média da renda declarada na pesquisa, posto que, nas demais classes intervalares registramos disparidade nos indicadores, ressaltando que a classificação se deu pelo consumo, instrução e serviços urbanos na residência, o que pode explicar a aparente distorção.

Tabela 3 – Comparativo entre renda estimada por classe da ABEP e a renda média e mediana – 2018/2019

Classes	Pontos Critério	Renda Estimada ABEP	Renda Declarada Pesquisa (1)		Tempo Médio na Atividade
			Média	Mediana	
A	45 - 100	23.345,11	-	-	-
B 1	38 - 44	10.386,52	3.400,00	3.400,00	9,33
B 2	29 - 37	5.363,19	2.105,56	2.000,00	7,87
C 1	23 - 28	2.965,69	2.279,31	1.800,00	11,12
C 2	17 - 22	1.691,44	1.695,45	1.300,00	10,19
D – E	. 1 - 16	708,19	1.172,00	1.000,00	10,13

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Nota:

1 – Valores nominais de 2018

A distorção observada nas classes C1, B2 e B1 entre a renda estimada para a classe e a renda declarada, decorre, em parte, de uma declaração a

menor na resposta por parte do entrevistado. Outro fator relacionado remete à facilidade de crédito para aquisição dos bens e serviços que, neste caso, contribui para uma parente equidade social, o que, na realidade, não é o caso.

É interessante observar que o tempo médio no exercício da atividade informal (Tabela 3) em quase todos os intervalos, é de uma década, exceto a B2. Esse tempo, em confronto com a renda média declarada e a mediana, ratifica a reduzida possibilidade de ascensão social e confirma que o resultado da atividade é para a reprodução e sobrevivência dos informais empresariais e de seus familiares.

Essa falsa percepção de equidade social ou falso equilíbrio socioeconômico, decorrente do acesso e consumo de bens, neste caso, é, parcialmente, fruto de uma política de crédito monetário, assentada sobre juros elevados, embutido no prolongamento de prestações (ver tabelas 4 e 5).

Os dados das tabelas 4 e 5 demonstram que o acesso e a posse de bens duráveis e de serviços não são uniformes entre as classes, devido a dificuldades de consumo, valor, e renda, que justificam diferentes taxas registradas nos domicílios dos informais empresariais.

Tabela 4 – Percentual de posse de bens duráveis nos domicílios por classes econômicas - 2018/2019

Bens Duráveis	Classes						
	A	B 1	B 2	C 1	C 2	D - E	Total
Automóvel Pessoal	-	2,80	12,15	11,21	3,74	0,93	30,84
Empregados	-	-	3,74	1,87	1,87	-	7,48
M. Lavar	-	2,80	17,76	24,30	24,30	10,28	79,44
DVD	-	2,80	13,08	23,36	19,63	14,02	72,90
Geladeiras	-	2,80	17,76	28,04	31,78	19,63	100,00
Freezer	-	2,80	14,02	22,43	17,76	0,93	57,94
Computador	-	2,80	15,89	21,50	14,95	1,87	57,01
Lava-louça	-	-	-	-	-	-	-
Micro-ondas	-	2,80	12,15	17,76	14,02	3,74	50,47
Moto Pessoal	-	0,93	6,54	7,48	7,48	1,87	24,30
Secadora Roupa	-	0,93	0,93	-	-	-	1,87

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Com exceção do intervalo de rendimento B2, nas demais classes visualizamos diferentes graus de participação no consumo e nos serviços, o que demonstra limitações provenientes do rendimento obtido na atividade e

a necessidade de efetuar escolhas por produtos ou pelo sustento individual/familiar. Explicações possíveis para os números observados nas tabelas 5 e 6, abaixo.

Tabela 5 – Percentual de acesso a serviços públicos nos domicílios por classes econômicas - 2018/2019

Serviços	Classes						Total
	A	B 1	B 2	C 1	C 2	D - E	
Água	-	2,80	15,89	20,56	22,43	13,08	74,77
Banheiros	-	2,80	17,76	28,04	31,78	19,63	100,00
Asfalto	-	2,80	17,76	28,04	28,04	14,02	90,65

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

A entrada no mercado de trabalho e a renda média por gênero apresentam resultados distintos. De acordo com a Tabela 6 observamos que as mulheres situadas nas classes D-E e C2 acusam um maior rendimento médio, como também a idade inicial de entrada no trabalho é bem menor quando comparada aos homens.

Tabela 6 – Idade inicial, renda média declarada e tempo na atividade por classes econômicas - 2018/2019

Classes	Masculino			Feminino		
	Idade Inicial Trabalho	Renda Méd. Declarada	Tempo Atividade	Idade Inicial Trabalho	Renda Méd. Declarada	Tempo Atividade
A	-	-	-	-	-	-
B 1	17	2.850,00	13	18,00	1.800,00	2
B 2	17,09	2.272,73	5,33	17,29	1.842,86	11,86
C 1	16	2.466,67	13,47	17,86	2.078,57	8,61
C2	19,60	1.110,00	7,03	17,00	1.794,00	10,64
D - E	19	1.145,00	10,63	16,00	1.332,22	9,63

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Já as classes C1, B2 e B1 apresentam uma dinâmica inversa, ou seja, os homens têm um maior rendimento e registram um tempo na atividade superior ao das mulheres – exceto na classe B2. Além disso, eles entram mais cedo no mercado de trabalho conforme o Tabela 6 (acima).

Com relação aos dias trabalhados durante a semana, observamos uma equivalência entre os gêneros, com pequenas variações entre as classes, mesmo fenômeno que ocorre nas horas despendidas na atividade, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 – Quantidade de dias trabalhados, por classes econômicas, na semana, hora diária, semanal e funcionamento aos sábados e domingos - 2018/2019

Classes	Dias		Horas Diária		Horas Semanais		Trabalha sábado e domingo			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens		Mulheres	
							Sim	Não	Sim	Não
A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B 1	6,5	7	9	8,00	58	56	50,00	50,00	100,00	-
B 2	6,82	6,25	8,55	7,75	58,73	49,38	81,82	18,18	62,50	37,50
C 1	6,60	6,64	8,07	8,79	54,93	58,79	66,67	33,33	71,42	28,57
C 2	6,80	6,64	9,10	8,44	62,5	57,88	90,00	10,00	64,00	36,00
D - E	6,45	6,80	7,73	8,00	48,82	54,80	54,55	45,45	80,00	20,00

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

No que se refere às horas semanais constatamos que, em todos os níveis intervalares a jornada no estabelecimento é superior às 44 horas estabelecidas na legislação brasileira, o que revela a necessidade de uma sobrecarga de trabalho, para conseguirem obter o rendimento. Isso explica o fato de grande parte dos responsáveis pelo empreendimento desenvolver suas atividades também aos finais de semana como mostramos na Tabela 7.

Desse modo, depreendemos que o rendimento auferido no estabelecimento operado pelo informal empresarial é decorrente, em parte, da excessiva jornada de trabalho ao longo da semana, uma explicação para o enquadramento nas classes econômicas, pois o consumo dos bens duráveis e dos serviços advém da sobrecarga trabalho por parte desses atores sociais, em ambos os gêneros. É importante atentar para o fato de que o excesso de jornada é um elemento de precariedade, o que precisa ser considerado enquanto análise sobre a dinâmica dos atores sociais, inclusive no tocante à qualidade de vida dessas pessoas.

O prolongamento da jornada no horário de operação do estabelecimento informal é, em parte, explicado pelo fato de quase 60% dos informais empresariais exercerem o papel de chefe e provedor de seus domicílios, sendo preponderante em quase todas as classes, excetuando-se a B1, cuja taxa é de 33,33% (ver Tabela 8).

Tabela 8 – Posição no domicílio do informal empresarial em % - 2018/2019

Classe	Chefe	Conjuge	Filho	Outro	Média de Moradores
A					
B 1	33,33	66,67	-	-	5
B 2	57,89	21,05	15,79	5,26	4
C 1	65,52	17,24	13,79	3,45	4,06
C2	57,14	34,29	8,57	0,00	3,45
D – E	61,90	28,57	9,52	0,00	3,57
Total pesquisa	59,81	27,10	11,21	1,87	3,79

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Chamamos atenção para o percentual de cônjuges que atuam no empreendimento informal: 27,10%. Esse índice contribui para confirmar o caráter familiar da atividade, bem como a necessidade de o trabalho estar na família como elemento de agregação e retenção de rendimento, pois, o resultado é incorporado na residência, em benefício de todos os moradores.

O caráter familiar e a necessidade de participar da atividade como fator de retenção de renda e reprodução é perceptível nas informações da Tabela 9, que complementa a Tabela 10. Quando da análise por gênero, os dados revelam que na função de chefe, a presença do sexo masculino se faz mais presente nas classes B1, C1 e C2, enquanto nas demais, há um grau de equilíbrio, ressaltando que participação das mulheres como provedoras varia entre 28% e 50%, percentuais que dão a dimensão da inserção e representatividade das mulheres na força e no mundo do trabalho.

Já no papel de cônjuge, a participação do sexo feminino se dá em maior intensidade pois, além de contribuir como força de trabalho há a questão da complementação na renda domiciliar, um indicativo de que o trabalho feminino é essencial tanto ao processo de obtenção de rendimentos, como para a continuidade da atividade informal empresarial.

Tabela 9 – Posição no domicílio do informal empresarial segundo de chefe e cônjuge por gênero em % -2018/2019

Classe	Chefe		Cônjuge	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
A	-	-	-	-
B 1	100,00		50,00	50,00
B 2	53,85	46,15	50,00	50,00
C 1	72,22	27,78	20,00	80,00
C2	65,00	35,00	30,77	69,23
D - E	50,00	50,00	50,00	50,00
Total	62,12	37,88	36,67	63,33

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

A necessidade de sobrevivência e reprodução são fatores que justificam a antecipação no tempo de entrada no mercado de trabalho do informal e, como consequência, a interrupção dos estudos, o que explica o fato de aproximadamente 48% dos informais empresariais registrarem nível educacional situado entre o fundamental incompleto e o médio incompleto, conforme a Tabela 10, abaixo, onde destacam-se as classes D-E a C1, que registram maior concentração de pessoas nesta situação.

Tabela 10 – Informal empresarial segundo nível educacional 2018/2019

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo
A	-	-	-	-	-	-
B 1	-	-	-	2,38	-	28,57
B 2	-	-	12,00	23,81	42,86	42,86
C 1	20,00	18,18	24,00	33,33	28,57	28,57
C2	33,34	36,36	32,00	40,48	14,29	0,00
D – E	46,67	45,45	32,00	-	14,29	0,00
Total no Nível	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total Pesquisa	14,02	10,28	23,36	39,25	6,54	6,54

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Já no grau de ensino médio completo, a taxa de informais neste nível educacional captada pela pesquisa é de 39,25%, sendo que, a classe D-E não registra nenhum percentual de participação, conforme a Tabela 10. Ressaltamos que a dificuldade de inserção, acesso e permanência na escola afeta de forma desigual as distintas categorias de trabalhadores e a sociedade em geral, determinando a dicotomia entre permanecer nos estudos e sobreviver através do trabalho precoce, uma das razões da evasão e do abandono escolar, que se reflete no dado analisado.

Com relação ao nível superior incompleto e completo, notamos menor representatividade, porém não menos relevante. Os percentuais observados são resultantes das dificuldades já elencadas nos parágrafos anteriores, porém a maior participação na educação superior concentra-se nos estratos de classes entre C2 e B1, que se caracterizam por apresentar maior renda, fato que possibilita, em parte, a permanência do indivíduo na instituição de ensino superior.

No tocante aos estabelecimentos informais empresariais por segmento econômico, constatamos que aproximadamente 65% são da atividade comercial, seguida do setor de serviço, com 22,43% que, em razão de menor aporte de recursos para o início do empreendimento, justificam os percentuais observados na Tabela 11, abaixo. Merece destaque a participação de pequenas indústrias, que operam na informalidade com uma taxa de 13%, a qual, devido à necessidade de maior especialidade na sua operação, quanto do maior capital investido, surpreende pela taxa.

Tabela 11 – Distribuição % dos estabelecimentos informais por segmento econômico 2018/2019

Classe	Comércio	Indústria Transformação	Serviço
A	-	-	-
B 1	4,35	-	-
B 2	15,94	21,43	20,83
C 1	30,43	28,57	16,67
C2	31,88	35,71	37,50
D – E	17,39	14,29	25,00
Total	100,00	100,00	100,00
Total na Pesquisa	64,49	13,08	22,43

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

A incorporação de ferramentas de propaganda como mecanismos de promoção e comercialização é uma realidade nos estabelecimentos informais, onde 55% utilizam alguma ferramenta de divulgação e venda. Entre esses, cerca de 60,66% já operava meios digitais de comunicação – as plataformas de redes sociais, por exemplo – como elemento de apoio às vendas. Trata-se, portanto, de uma realidade presente no cotidiano dos informais empresariais na passagem de 2018 para 2019, conforme os dados da Tabela 12.

Tabela 12 – % de estabelecimentos informais empresariais com propaganda e % por forma de propaganda. 2018/2019

Estabelecimentos Informais		Forma de Propaganda	
Com propaganda	Sem propaganda	Tradicionalis (1)	Mídia Digital
55,14	44,86	39,34	60,66

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Nota:

1 – Panfleto, faixas, cartões, boca de ferro etc.

Em relação ao estabelecimento onde o informal empresarial exerce sua atividade, dada a sua estrutura ele desempenha a tarefa de agregar outros operadores, além do gestor/responsável, para viabilizar o funcionamento. Ou seja, no dia a dia do empreendimento atuam dois informais, diferentemente do que se observa nos casos do camelô e do ambulante de rua.

A percepção desta característica é evidenciada na Tabela 13, que aponta que a média geral de informais por estabelecimentos é dois atores sociais, ressaltando que no estrato B1 o número se eleva para três pessoas, confirmando a necessidade de incorporar, no escopo da informalidade, a categorização dos informais empresais.

Tabela 13 – Percentual de postos de trabalho e média e renda média por unidade, postos de trabalho e moradores por classe - 2018/2019

Classe	Part. % no Emprego Gerado	Postos Médio de Trabalho	Renda Declarada Real em R\$ 1,00 (1)		
			Média por Unidade	Média por Postos de Trabalho	Média por Moradores
A	-	-	-	-	-
B 1	4,13	3,00	3.174,82	1.058,29	634,97
B 2	15,60	1,79	2.533,22	1.415,62	633,30
C 1	29,36	2,21	2.894,61	1.311,62	711,39
C2	32,57	2,03	2.030,16	1.000,76	587,22
D – E	18,35	1,90	1.417,50	744,19	396,90
Total	100,00	2,04	2.265,61	1.112,02	598,56
Salário-mínimo Brasil 2022			R\$ 1.212,00		

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Nota:

1 – Valores inflacionados para abril de 2022 pelo Índice Nacional Preço ao Consumidor – Inpc/Ibge = Abril/2022 = 100,00.

Se a geração de postos de trabalho é importante num contexto de crise econômica, é necessário, por outro lado, atentar para a renda capturada na atividade. Assim, quando analisamos a média por estabelecimento notamos valores acima do salário-mínimo vigente no Brasil em 2022, porém, com distintos comportamentos entre as classes, principalmente no estrato de D-E, cujo rendimento é ligeiramente superior ao salário vigente no corrente ano (ver Tabela 13).

Sob outra perspectiva, quando analisamos a renda por postos de trabalho no estabelecimento, observamos que nas classes D-E, C2 e B1 o rendimento médio declarado está abaixo do salário oficial brasileiro em 2022. Já nas demais classes, os valores são ligeiramente superiores. Esses

números sinalizam que os resultados apropriados, advindos das atividades, garantem apenas a reprodução dos atores sociais, com raríssimas exceções.

Quando confrontamos os rendimentos auferidos nas atividades informais pesquisadas com os familiares vinculados ao estabelecimento, constatamos que o per capita por morador por domicílio é bem inferior ao salário-mínimo brasileiro em 2022, equivalendo a 49,38% a média geral, que a preços de abril de 2022 é da ordem de R\$ 598,56 (ver Tabela 13).

Portanto, os critérios da ABEP em conjunto com as informações levantadas e analisadas permitiram não somente caracterizar os informais empresariais, enquanto atores sociais relevantes no interior da informalidade, como levaram a delinear sua fisionomia e seu papel na sociedade, demonstrando traços de suas particularidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da observação empírica da realidade socioproductiva brasileira e, especificamente, nas cidades amazônicas onde analisamos a configuração do ator social denominado informal empresarial, percebemos como ele responde a um contexto econômico moldado pela atuação do capital, ensejando a construção de sua forma e modo de atuar no cenário econômico.

Nesse sentido, compreender este ator social em suas especificidades e discutir o modo como ele se aloca na informalidade é fundamental, seja pelo rebatimento social, seja pelo aspecto produtivo.

Assim, a partir do critério da ABEP sobre o consumo e classificação de classes econômicas, foi possível construir pesquisa, com vistas a contribuir com a visibilidade da dimensão do informal empresarial por uma visão do mercado. À primeira vista, parte dos atores informais parecem estar num patamar de razoável qualidade material, porém, um olhar mais detido nos revela uma situação diversa.

Ao tomarmos o critério da ABEP como norteador, constatamos que o cruzamento das informações da pesquisa aponta a existência de diferentes níveis de desigualdades no segmento, que estão acima dos indicadores de mercado.

Nesse sentido, por opção ou necessidade, a atividade informal é o caminho para o acesso ao rendimento e o seu resultado é, pelos dados, vinculado à reprodução dos atores sociais, fato que permite um acesso limitado a produtos e serviços e, principalmente, de ascensão social, visto que, grande parte dos informais empresariais flutua entre as classes D-E a C1, como menor poder aquisitivo e de padrão de vida.

A necessidade de sobrevivência e de reprodução explicam, entre outros motivos, as dificuldades que travam os avanços qualitativos no padrão e na qualidade de vida em todos os níveis, o que justifica os resultados observados em termos materiais, de habitabilidade e educacional, em que pese as estratégias adotadas na interação com o mercado, que, neste caso, é por si mesmo, apenas um canal estreito, cujas fronteiras não são ultrapassadas, justificando a interseção entre a informalidade e o capital, cada qual no seu circuito.

E, neste jogo, sob a lógica dos circuitos, está o informal empresarial, com suas características e especificidades, a seguir, cotidianamente, operando sob a invisibilidade da sociedade, porém, com seu lugar sob a chuva e ao sol, gerando excedente ao capital, para manter o sustento próprio e de seus familiares.

REFERÊNCIAS

ABEP. Critério Brasil de classificação econômica 2018. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ABRAMO, P. Quatro notas preliminares sobre a teoria econômica da favela: localização residencial e mercado imobiliário. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 1566-1585.

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. 2003. 390 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286268>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BELÉM. Fundo Ver-O-Sol. **Prefeitura Municipal de Belém**, Belém, 2017. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=36&conteudo=4552>. Acesso em: 14 maio 2017.

IBGE. Produto Interno Bruto do Municípios. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=29720&t=resultados>. Acesso em: 21 jan. 2023

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral: Variável Taxa de Desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais idade. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6468#resultado>. Acesso em: 10 dez 2023.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília, DF: OIT, 2010. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf. Acesso em: 25 jan. 2017.

LIMA, L. F. M. **Informalidade empresarial, mostra tua cara!:** estudo exploratório e parametrização. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Economia) - Pós-Graduação em Economia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

LUCHESA, C. J. **Cálculo o tamanho de amostra nas pesquisas de administração**. Curitiba: Centro Universitário de Curitiba - Unicuritiba, 2011.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do assalariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARX, K. **O capital (livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PARÁ. Credcidadão. **Governo do Pará**, Belém, 2017. Disponível em: <https://www.credcidadao.pa.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2017.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no 3º mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004

SILVA, L. A. M. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. 1971. 284 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1971. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/acervo.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SOUZA, P. R. C. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. 1980. 200 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285725/1/Souza_PauloRenato_D.pdf Acesso em: 02 jan. 2017.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalistas: informalidade e precarização**. São Paulo: Cortez, 2004.

ULYSSEA, G.; SZERMAN, D.; CABRAL, F. A informalidade das firmas no Brasil. *In*: BARBOSA FILHO, F. H.; ULYSSEA, G.; VELOSO, F. **Causas e Consequências da Informalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 81-105.

Submissão: 27/12/2022 • Aprovação: 09/02/2024